

## UM OLHAR SOBRE A DOCÊNCIA FEMININA E A DIVERSIDADE

Mirtes Aparecida Almeida Sousa

*PPGE/Universidade Federal de Campina Grande (mirtes222@hotmail.com)*

Dr. Dorivaldo Alves Salustiano

*PPGE/Universidade Federal de Campina Grande (dorivaldo.salustiano@gmail.com)*

### Resumo

A docência feminina no Brasil surgiu vinculada a necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho e também pelo fato da sociedade considerar que a profissão de professora de crianças era ideal para ser exercido por mulheres (ALMEIDA, 1998). Em termos históricos a atuação das professoras ganhou ênfase com o surgimento dos grupos escolares (SAVIANI, 2004) no fim do século XIX e início do século XX e também com a formação do magistério que acontecia nas Escolas Normais. Entretanto, ao longo dos anos várias mudanças sociais aconteceram e as mulheres por meio de movimentos organizados como o feminismo (SOARES, 1994) conquistaram novos espaços na sociedade, sendo possível, entre outros fatores, ressignificar a profissão docente, dentro de uma perspectiva mais crítica da sua formação (CANEN, XAVIER, 2011) e a própria prática educativa realizada com mais engajamento político. Destacamos que a diversidade dos sujeitos foi cada vez mais sendo inserida nos processos educacionais especialmente na escola do ensino fundamental e tal situação exigiu da mulher, principal protagonista da docência feminina um olhar diferenciado para os sujeitos diversos (ARROYO, 2014; GOMES, 2012). Portanto, trazemos uma breve revisão bibliográfica que aponta algumas perspectivas da feminização da profissionalização docente e reflexões sobre a importância da atuação da mulher como professora na compreensão da diversidade na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** docência feminina, magistério, diversidade, ensino fundamental.

### 1. Introdução

A docência exerce a importante função de educar para a formação de sujeitos que estão inseridos na sociedade, que por sua vez, sempre esteve em constante transformação. Muitas vezes, a mulher enquanto docente se viu diante de perspectivas pouco atraentes para a sua profissão em termos sociais, culturais, históricos e econômicos. A soma desses fatores é importante para o entendimento da constituição da profissionalização docente feminina na diversificada sociedade brasileira.

Destacamos o papel fundamental da mulher enquanto profissional do magistério, especialmente no que hoje denominamos como os anos iniciais do ensino fundamental no processo de escolarização brasileira. A docência feminina em termos históricos apareceu com mais evidência a partir da criação dos grupos escolares (SAVIANI, 2004) e do surgimento das escolas normais. Lembramos que nesse período, por volta do fim do século XIX e início do

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

século XX o acesso à escola era limitado pelos alunos, ou seja, poucos tinham acesso à educação. Além disso, a mulher na maioria das vezes não tinha oportunidade de trabalhar, pois era vítima de uma sociedade machista na qual só os homens tinham acesso ao mercado de trabalho. Entretanto, de acordo com a necessidade do capitalismo industrial e com a “liberação” feminina para o trabalho a docência surgiu como uma profissão ideal para a mulher.

Com o passar dos anos e com as mudanças que aconteceram na sociedade fruto das reivindicações dos sujeitos diversos e dos movimentos sociais (ARROYO, 2014) percebemos que a escola teve que incluir muitos alunos que antes não tinham acesso à educação. Neste contexto, a figura feminina no Brasil continua até hoje exercendo a função do magistério, interagindo e mediando as relações educativas com “novos sujeitos” sociais. Se no início do século XX o acesso à escola era restrito às crianças mais favorecidas economicamente, hoje vivemos uma realidade em que a nossa legislação educacional, representada pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL, 1996) obriga que todas as crianças e adolescentes em idade própria participem do ambiente escolar.

Sendo assim, observamos que os alunos da nossa sociedade contemporânea não são os mesmos de algumas décadas atrás, assim como a mulher que exerce o papel da docência também ganhou mais espaço e até hoje luta por mais reconhecimento social da sua profissão. Vivemos num mundo repleto de processos complexos que nos fazem refletir sobre os sentidos e significados da docência feminina no contexto da diversidade humana da nossa sociedade. Portanto, faremos breves reflexões sobre a importância da atuação da mulher como professora e suas relações com a diversidade dos sujeitos que fazem parte das escolas brasileiras.

## **2. Metodologia**

A metodologia utilizada para a realização desse artigo foi baseada numa pesquisa bibliográfica (MOREIRA; CALEFFE, 2008) com o intuito de revisitar trabalhos acadêmicos e livros, para que assim, nos possibilitasse trazer discussões sobre a importância da docência feminina e da diversidade no contexto da nossa sociedade.

## **3. Resultados e discussão**

### **3.1. A docência e a profissionalização feminina**

A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro não foi uma tarefa fácil, fez parte de um processo tardio e complexo que veio a atender demandas do capitalismo industrial em crescente expansão no Brasil e no mundo, principalmente depois do século XX.

De acordo com Torres e Santos (2001) as mulheres não tinham destaque na sociedade, eram impedidas de ultrapassar as fronteiras do lar e não havia condições de trabalharem de forma remunerada. Apenas os homens podiam sair de casa para trabalhar e trazer o sustento da família, então cabia à mulher cuidar da casa e dos filhos, dedicando todo o seu tempo com atividades domésticas. Numa sociedade machista apenas os homens tinham oportunidades de estudar e trabalhar enquanto que as mulheres eram excluídas desse processo. Em pleno início do século XX, nosso país ainda era “atrasado” e não havia oportunidade igualdade de direito para ambos os sexos.

No entanto, com a expansão dos grupos escolares, o surgimento da Escola Normal e as exigências do capitalismo, o magistério apareceu como uma necessidade para a sociedade. Além disso, a profissão de professora era aceitável para as mulheres. Estudar na Escola Normal era uma boa alternativa, pois a instrução recebida era autorizada pelo sexo masculino, já dizia Almeida (1998, p.73),

(...) de forma que o lar e o bem-estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução (...). Assim as mulheres poderiam e deveriam ser educadas e instruídas, era importante que exercessem uma profissão — o magistério — e colaborassem na formação de diretrizes básicas da escolarização manter-se-iam sob a liderança masculina.

A docência surgiu como um caminho para as mulheres que desejavam trabalhar. Ser professora era ideal porque a carga horária exercida nas instituições de ensino era compatível com as atividades femininas que as mulheres tinham que realizar, especialmente, no que diz respeito aos cuidados que deveria ter com o marido, os filhos e ainda ser dona de casa.

Louro (1997) destaca que as mulheres que contrariassem as normas sociais, com um nível de instrução mais elevado ou tivessem independência financeira eram vistas como uma ameaça às estruturas sociais e a hierarquia dos gêneros de sua época. A docência era vista pelos homens como uma boa alternativa de trabalho para as mulheres porque elas recebiam um salário simbólico que não ultrapassava a renda dos seus maridos. Assim, o padrão de submissão feminino estava garantido e os homens não se sentiam ameaçados com o lugar profissional que as professoras ocupavam na sociedade.

De acordo com Scott (1995), homens e mulheres são apresentados como “categorias excludentes”, ou seja, há atitudes e padrões sociais considerados para o sexo feminino como a maternidade, a educação e as tarefas domésticas, assim como para o sexo masculino há a representação do trabalho, da força, da autonomia, do poder e do prestígio social. Nessa

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

perspectiva, a docência no nível do ensino fundamental destinada a crianças era perfeita para ser exercida por mulheres. A profissão de professora era atraente para as mulheres pela grande aceitação social, mesmo não garantido uma boa situação econômica para a classe feminina poderia lhe oportunizar a conseguir um bom casamento.

A presença da mulher como professora sempre foi marcante na sociedade brasileira e também representou o lugar que era destinado ou determinado ao magistério por meio da feminização que predominou na educação básica. Nos estudos de Viana (2013) ele ressalta:

É nesse contexto que passei a trilhar os caminhos de investigação sobre os mecanismos e as dificuldades de constituição de um espaço público democrático nas políticas públicas de educação e no interior da instituição escolar, fortemente constituídas por uma cultura androcêntrica, do ponto de vista da relação entre feminização do magistério, péssimas condições de trabalho, rebaixamento salarial e estratificação sexual da carreira docente, mas também sob a ótica da relação entre produção e reprodução de estereótipos de gênero nas políticas e relações escolares. (VIANA, 2013, p. 163)

De acordo com o exposto pelo autor as relações de gênero foram presentes no contexto do processo da feminização da docência. A mulher enquanto profissional do magistério foi submetida a relações inferiorizantes e discriminatórias que acabaram por desqualificar tanto a mulher quanto a profissão de professora. Mediante a ótica do discurso machista que a docência era ideal para ser exercida por mulheres, havia o ofuscamento das relações de poder e da invisibilidade da profissão do ponto de vista da valorização econômica e da oferta de condições dignas de trabalho para as professoras. Sendo assim, o estereótipo feminino na docência trazia como consequência a não valorização do trabalho educativo que realmente é exercido pelas mulheres. Numa visão estereotipada a mulher é vista como uma cuidadora de crianças, responsável pelo ensino da leitura e da escrita sem nenhuma perspectiva crítica do magistério.

Na atualidade, os estereótipos que foram construídos ao longo da história da profissionalização feminina para a docência são alvo de discussões. A diversidade da sociedade contemporânea não admite sem questionamentos determinadas práticas preconceituosas direcionadas a mulher enquanto profissional da educação. As reflexões da atualidade buscam superar visões discriminatórias, estigmas e preconceitos que desvalorizam a docência feminina. O debate sobre a docência hoje em dia prioriza a importância e a necessidade da constante formação docente, para que sempre haja reflexão e ressignificação na prática do profissional magistério, principalmente no contexto da sociedade diversa que

(83) 3322.3222

vivemos. O professor ou a professora para exercer sua profissão ao mesmo tempo em que precisa de conhecimentos teóricos e metodológicos relacionados à área da educação, também necessita ser sensível à diversidade que faz parte do mundo contemporâneo.

### 3.2. A docência feminina e os sujeitos diversos

A docência feminina ganhou espaço com a urbanização da vida social da mulher (COSTA, 1999), assim ela foi vista como ideal para exercer a função de cuidar da educação da criança, ao passo que o Estado oportunizou a mulher a aparecer no cenário do mundo do trabalho. Como percebemos a classe feminina quando foi inserida no mercado de trabalho não teve oportunidade de escolher a profissão que desejava, pelo contrário, foi a sociedade machista que escolheu a mulher para ser professora das crianças no ensino primário.

Ressaltamos que durante muito tempo no Brasil, a educação era uma raridade, na verdade eram poucas pessoas que tinham acesso. Apenas as classes sociais mais favorecidas economicamente tinham condições de pagar pelo acesso à instrução. O país não tinha um sistema de ensino organizado, sendo assim a maioria da população era excluída do processo educacional. Nesse contexto, a prática da docência feminina significou um avanço quantitativo e qualitativo para a escolarização, vejamos o que Catani (1997) destaca:

A entrada das mulheres no exercício do magistério – o que, no Brasil, se dá ao longo do século XIX (a princípio lentamente, depois de forma assustadoramente forte) – foi acompanhada pela ampliação da escolarização a outros grupos ou, mais especialmente, pela entrada das meninas nas salas de aula (CATANI, 1997, p. 78).

De acordo com a afirmação de Catani (1997) observamos no cenário educacional o surgimento das mulheres como professoras e das meninas como alunas, fato que representou um avanço para a classe feminina num território dominado apenas pelo sexo masculino, até então. Em consequência desse fato, temos o surgimento das salas de aula formadas por meninos e meninas porque anteriormente apenas os meninos podiam estudar.

A mulher que foi durante tanto tempo invisibilizadas começava a aparecer na vida social. A educação não era mais exclusividade do universo masculino. As mulheres podem ser consideradas por alguns autores uma classe inferiorizada e por isso existe o movimento feminista para reivindicar os direitos da mulher na sociedade. Segundo Soares (1994) o conceito de feminismo envolve ação política das mulheres, em termos teóricos e práticos. As feministas reconhecem a mulher enquanto sujeito social e histórico e lutam por mecanismos que levem a transformação da condição da mulher na sociedade, visando à superação de



preconceitos e estigmas que durante muitos anos marcaram negativamente o universo feminino.

Nesse sentido, a própria identidade da mulher era negada, ela tinha que seguir um padrão considerado correto pelos homens. O comportamento feminino era ditado pela sociedade machista, havia muita repressão e mesmo atuando na docência o principal papel da mulher era a instrução. Assim que o magistério começou a ser praticado pelas mulheres não havia um ensino crítico, nem uma leitura emancipadora da sociedade, pois a educação era predominantemente tradicional. Além disso, a formação do magistério acontecia em nível médio, nas Escolas Normais com ênfase numa perspectiva instrumental. O domínio das técnicas de ensino era um dos fatores mais importantes para o exercício da sua prática profissional.

Depois de fazermos essas breves considerações sobre o surgimento do magistério enquanto profissão feminina, vamos continuar nossas reflexões voltadas para a atualidade. Muitos foram os momentos históricos nos quais a feminização docente passou e sempre foi submetida às relações sociais do nosso país, entretanto iremos discutir questões mais ligadas a diversidade da nossa sociedade contemporânea.

Atualmente, o processo educativo está muito dinâmico, pois a diversidade se faz presente em todos os contextos sociais. Especialmente a escola de educação básica vem passando por necessidades de mudanças no que diz respeito ao currículo e à aprendizagem, devido à complexidade de fenômenos e reivindicações de diversos sujeitos sociais da nossa sociedade. A escola, de acordo com os discursos oficiais dos poderes públicos, é o principal espaço destinado à educação formal, e cada vez mais se sente desafiada para realizar o seu processo de ensino-aprendizagem de forma significativa, pois os alunos que chegam às salas de aula são extremamente diferentes devido as suas múltiplas origens sociais, culturais, étnicas, econômicas etc. Sendo assim, a diversidade tornou-se um campo propício para o desenvolvimento de estudos, vejamos o pensamento de Canen e Xavier (2011):

As questões que envolvem a diversidade cultural brasileira têm sido alvo de inúmeros estudos na última década no cenário educacional. Cada vez mais conceitos como diversidade, diferença, igualdade e justiça social têm se configurado como uma preocupação por parte daqueles que lutam por uma educação verdadeiramente cidadã. Ao mesmo tempo, articular tais conceitos à formação de professores tem se tornado um desafio premente para a educação e para as instâncias envolvidas nesse processo. (CANEN e XAVIER, 2001).

De acordo com as autoras percebemos o destaque para a diversidade cultural brasileira e como consequência há a necessidade de um novo redimensionamento da formação docente. É interessante observar que desde os cursos das Escolas Normais até hoje nos cursos de Pedagogia, as mulheres são presentes neste processo de formação para a docência e com os avanços alcançados por elas na sociedade foram ganhando um protagonismo maior na carreira docente.

Dessa forma, observamos que as mulheres de hoje que desempenham o exercício da docência são bem diferentes. Na atualidade a mulher professora ocupa muitos papéis ao mesmo tempo, superando a visão de mãe, esposa e dona de casa, sendo uma profissional engajada politicamente em sindicatos, movimentos sociais, que cada vez mais procura melhorar sua formação no nível superior, especialmente cursando a pós-graduação.

Logo percebemos um novo desenho social da docência feminina, com o tempo a mulher evoluiu e conquistou novos espaços, buscando se libertar da submissão imposta pelo universo masculino. A diversidade de mulheres que existe no meio acadêmico e educacional é um fato que pode ser considerado importante para a construção de novos conhecimentos e também pela adoção de novas posturas femininas no ambiente de trabalho. A diversidade da mulher professora é presente, mesmo que de forma sutil no currículo oculto (MOREIRA E SILVA, 1995) das instituições de ensino porque as concepções femininas sobre a educação são responsáveis por muitas práticas desenvolvidas nas escolas da educação básica. Entendemos como currículo oculto, neste momento, tudo o que acontece nas ações cotidianas, nas entrelinhas do fazer pedagógico e nos relacionamentos interpessoais existentes na escola. Como sabemos não é apenas o currículo oficial que determina os processos educativos, pois o fazer pedagógico é extremamente relacional.

A diversidade presente na sala de aula das escolas contemporâneas é relacionada a questão da origem de cada aluno, de gênero, da etnia, da deficiência, dos aspectos físicos, da religião, dos grupos sociais e dos diferentes tipos de famílias aos quais os alunos pertencem, entre outros fatores. Portanto, os coletivos diversos (ARROYO, 2014) estão nas escolas e as docentes desafiadas a interagir e promover educação para todos eles. Não temos mais salas de aula homogêneas, a diversidade está presente porque cada aluno tem suas características específicas e está inserido num contexto social.

Destacamos que a diversidade traz inúmeros elementos para análise, ela é muito rica para a promoção das aprendizagens e para o desenvolvimento humano. A diferença, a pluralidade e a heterogeneidade ampliam nossas visões de mundo, na medida em que somos levados a pensar a partir de outras perspectivas. A mulher no exercício da docência, por estar

em convívio direto com os alunos, todos os dias, se depara com questionamentos que são relacionados à diversidade, seja ela social, econômica, cultural, política, entre outras.

Como vivemos em sociedade, não há como negar a existência do outro, do sujeito que é diferente de nós, que possui sua maneira própria de ser e de pensar. É na escola, especialmente na pública, que é visível a explosão da diversidade. Cada vez mais nos deparamos com docentes e alunos que fogem do “padrão tradicional”. São pessoas que pensam diferente, que questionam a realidade e que buscam a reafirmação dos seus grupos sociais. Podemos mencionar como exemplo os militantes do movimento negro que reivindicam o seu lugar em meio às relações de poder e do contexto histórico que vivemos (GOMES, 2012). Todos querem ter seus direitos respeitados e legitimados na prática da vida social e a mulher enquanto profissional do magistério possui uma função fundamental na promoção da educação que contemple os anseios dos sujeitos diversos.

Ao observar os estudos e as transformações contemporâneas na educação, não podemos negar a presença dos coletivos diversos reivindicando seus espaços. Todos querem ter um lugar de reconhecimento, de reafirmação da sua identidade. Em relação aos coletivos, Arroyo (2014, p. 30), nos diz que: “Há um ponto que os coletivos populares em movimento destacam ao afirmar-se sujeitos de processos pedagógicos: que na história foram vítimas de ocultamentos, inferiorizações até de sua sofrida história de afirmação de seus saberes, culturas, identidades. ”

De acordo com Arroyo (2014), os sujeitos que lutam por seus direitos pedagógicos, buscam ressaltar sua história de inferiorização e mostram como ainda é difícil o entendimento da sua construção identitária, que leve em consideração suas culturas e saberes. As reivindicações dos coletivos diversos procuram enfatizar a existência das diferenças, da pluralidade e da heterogeneidade de saberes. Este movimento se contrapõe a pedagogia e a escola “tradicional”, que era baseada numa certa homogeneidade, que na verdade nunca existiu, porque as instituições escolares ao longo dos anos foram repletas de sujeitos diferentes, com múltiplas identidades, mas que eram ofuscados para causar uma impressão de “normalidade”.

Portanto, a docência feminina, tem entre outras funções, a necessidade de realizar práticas pedagógicas inclusivas que não ignorem a diversidade da população brasileira, pois os coletivos diversos estão presentes na escola.



#### 4. Conclusões

No Brasil a docência surgiu como uma oportunidade de inserção da mulher no mundo do trabalho. A feminização do magistério sempre foi presente em nosso país e nasceu como fruto e reflexo da nossa sociedade que considerou a profissão de professora dos anos iniciais própria para ser exercida por mulheres. Observamos que no início a formação das professoras ocorreu nas Escolas Normais e na atualidade acontece nos cursos de Pedagogia, fato que representou um avanço e uma necessidade da educação brasileira. Pontuamos também que a mulher de hoje não é mais a mesma do início do século XX, sendo mais crítica e participativa dessa sociedade diversificada que estamos inseridos.

De acordo com o exposto no trabalho percebemos que a mulher na sociedade era vista como uma “minoría” que passou por muitas exclusões, sua própria diversidade não era respeitada, ela não era reconhecida como sujeito de direitos sociais. O universo machista deixava a classe feminina subordinada e a margem de muitos processos sociais como o trabalho. No entanto, graças a muitas reivindicações sociais a mulher ganhou espaço profissional e suas relações com a docência também foram ressignificadas devido à melhoria na sua formação em nível superior e aos próprios rumos que a sociedade contemporânea trilhou.

Ressaltamos que na sociedade contemporânea a multiplicidade da diversidade interroga a carreira docente, porque é preciso pensar como as características diversas presentes nas salas de aulas podem contribuir na intervenção das ações pedagógicas das professoras. Na atualidade a mulher ocupa cada vez mais um papel central e um lugar de protagonista no fazer educativo e por isso, enquanto professora tem um papel fundamental para contribuir com a formação dos sujeitos diversos.

#### Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundações Editoras da UNESP, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CANEN, Ana e XAVIER, Giseli Pereli. Formação Continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**. V. 16, n. 48, set-dez 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a07.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016. (83) 3322.3222

CATANI, Bárbara Denice et al. **Docência Memória e Gênero: Estudos sobre formação.** São Paulo: Escrituras, 1997.

COSTA, Jurandir. Freire. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Grall, 1999.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Revista Educação & Sociedade.** vol.33 no.120, Campinas jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>. Acesso em: 14 de set. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. (org). **História das Mulheres no Brasil.** 2. ed. São Paulo-SP: Contexto, 1997.

MOREIRA, Antonio Flávio B. e SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade.** São Paulo: Cortez, 1995.

MOREIRA, Herivelto e CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval [et. al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2004. p.9-57.

SOARES, Vera. **Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências.** IN: Revista Estudos feministas. Rio de Janeiro, 1994.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações.** Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180. <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242>. Acesso em: 24 de jul. 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

TORRES, Cláudia Regina Vaz; SANTOS, Marluse Arapiraca dos. A educação da mulher e a sua vinculação ao magistério. In: FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **Ensaio sobre Gênero e Educação.** Salvador: UFBA, 2001. p. 129-142.